

No. 15480

**BRAZIL
and
URUGUAY**

**Basic Agreement on scientific and technical co-operation.
Signed at Rivera, Uruguay, on 12 June 1975**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.
Registered by Brazil on 24 February 1977.*

**BRÉSIL
et
URUGUAY**

**Accord de base sur la coopération scientifique et technique.
Signé à Rivera (Uruguay) le 12 juin 1975**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.
Enregistré par le Brésil le 24 février 1977.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai,

Animados pelo desejo de fortalecer e estreitar os tradicionais laços de amizade existentes entre suas Nações,

Reconhecendo as vantagens recíprocas que resultariam de uma cooperação científica e técnica mais estreita e mais ordenada, em campos de interesse mútuo, e

Tendo em vista a letra e o espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio concluído entre os dois países e assinado nesta data,

Concordam no seguinte:

Artigo I. 1. As Partes Contratantes comprometem-se a elaborar e executar, de comum acordo, programas e projetos de cooperação científica e técnica.

2. Os programas e projetos de cooperação científica e técnica estabelecidos pelo presente Acordo Básico serão objeto de Ajustes Complementares, que especificarão os propósitos de tais programas e projetos, os cronogramas de trabalho, bem como as obrigações, inclusive financeiras, de cada uma das Partes Contratantes.

Artigo II. 1. Para os fins do presente Acordo, a cooperação científica e técnica entre os dois países poderá assumir as seguintes formas:

- a) elaboração e execução conjuntas de programas e projetos de pesquisa científico-técnica;
- b) organização de seminários e conferências;
- c) realização de programas de estágio para treinamento de pessoal;
- d) troca de informações e documentação;
- e) prestação de serviços de consultoria; ou
- f) qualquer outra modalidade convencionada pelas Partes Contratantes.

2. Na execução das diversas formas de cooperação científica e técnica poderão ser utilizados os seguintes meios:

- a) envio de técnicos, individualmente ou em grupos;
- b) concessão de bolsas de estudo para o aperfeiçoamento profissional;
- c) envio do equipamento indispensável à realização de projetos específicos.

Artigo III. 1. A informação que se conceda em cumprimento do presente Acordo poderá ser utilizada livremente no território da outra Parte, a menos que haja solicitação em contrário da Parte que transmita a informação.

2. Em troca, quando a informação se referir a inventos protegidos pela lei de patentes do país receptor, o uso de tal informação, inclusive sua divulgação a terceiros, ficará sujeita a condições a convir em cada caso entre a Parte transmissora e a Parte receptora da informação.

3. O intercâmbio de informação considerada de valor comercial pela Parte transmissora estará sujeito às condições a serem estabelecidas entre esta Parte e a Parte receptora.

Artigo IV. 1. Caberá às seções brasileira e uruguaia da Comissão de Coordenação criada pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, desta data:

- a) determinar as áreas prioritárias para a realização de projetos específicos de cooperação científica e técnica;
- b) analisar, propor ou aprovar programas ou projetos de cooperação científica e técnica; e
- c) avaliar os resultados da execução dos projetos específicos.

2. Sem prejuízo do previsto no item 1 deste artigo, cada uma das Partes Contratantes poderá, a qualquer momento, apresentar à outra, através dos canais diplomáticos usuais, solicitações de cooperação científica ou técnica.

Artigo V. As Partes Contratantes poderão, sempre que julgarem necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais no financiamento, coordenação e implementação dos programas e projetos realizados no quadro do presente Acordo.

Artigo VI. Aplicar-se-ão aos funcionários e peritos de cada uma das Partes Contratantes, designados para trabalhar no território da outra, as normas vigentes no país sobre os privilégios e isenções dos funcionários e peritos das Nações Unidas.

Artigo VII. Aplicar-se-ão aos equipamentos e materiais eventualmente fornecidos, a qualquer título, por um Governo a outro, no quadro de projetos de cooperação científica e técnica, as normas que regem a entrada no país de equipamentos e materiais fornecidos pelas Nações Unidas a seus projetos e programas de cooperação científica e técnica.

Artigo VIII. Caberá aos respectivos órgãos nacionais, encarregados da cooperação técnica e de conformidade com a legislação interna vigente nos dois países, programar e coordenar a execução dos programas e projetos previstos neste Acordo Básico e realizar a tramitação necessária. No caso do Brasil, competem tais atribuições ao Ministério das Relações Exteriores e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e, no caso do Uruguai, à "Oficina de Planeamiento y Presupuesto" e ao "Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas".

Artigo IX. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, o qual terá vigência a partir da data da última dessas notificações.

Artigo X. 1. O presente Acordo terá validade de três anos, prorrogável automaticamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes comunicar à outra, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão em contrário.

2. Em caso de denúncia do Acordo, os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo quando as Partes convierem diversamente.

Feito na cidade de Rivera, aos doze dias do mês de junho de 1975, em dois exemplares, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Pelo Governo
da República Oriental do Uruguai:
JUAN CARLOS BLANCO

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL
URUGUAY

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay,

Animados por el deseo de fortalecer y estrechar los tradicionales lazos de amistad existentes entre sus naciones,

Reconociendo las ventajas recíprocas que resultarían de una cooperación científica y técnica más estrecha y más ordenada, en campos de interés mutuo, y

Teniendo en cuenta la letra y el espíritu del Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio concluído entre los dos países y firmado en esta fecha,

Concuerdan en lo siguiente:

Artículo I. 1. Las Partes Contratantes se comprometen a elaborar y ejecutar, de común acuerdo, programas y proyectos de cooperación científica y técnica.

2. Los programas y proyectos de cooperación científica y técnica establecidos por el presente Acuerdo Básico serán objeto de Acuerdos Complementarios que especificarán los propósitos de tales programas y proyectos, los cronogramas de trabajo, así como las obligaciones, inclusive financieras, de cada una de las Partes Contratantes.

Artículo II. Para los fines del presente Acuerdo, la cooperación científica y técnica entre los dos países podrá asumir las siguientes formas:

- a) elaboración y ejecución conjunta de programas y proyectos de investigación científico-técnica;
- b) organización de seminarios y conferencias;
- c) realización de programas de capacitación para entrenamiento de personal;
- d) intercambio de informaciones y documentación;
- e) prestación de servicios de consultoría; o
- f) cualquier otra modalidad convenida por las Partes Contratantes.

2. En la ejecución de las diversas formas de cooperación científica y técnica podrán ser utilizados los siguientes medios:

- a) envío de técnicos, individualmente o en grupos;
- b) concesión de becas de estudio para el perfeccionamiento profesional;
- c) envío del equipo indispensable para la realización de proyectos específicos.

Artículo III. 1. La información que se provea en cumplimiento del presente Acuerdo, podrá ser utilizada libremente en el territorio de la otra Parte, salvo que haya solicitud en contrario de la Parte que transmita la información.

2. En cambio, cuando la información se refiriera a inventos protegidos por la Ley de Patentes del país receptor, el uso de tal información, incluso su divulgación a

terceros, quedará sujeto a condiciones a convenir en cada caso entre quien transmita la información y el receptor de la misma.

3. El intercambio de información considerada de valor comercial por la Parte que transmita, estará sujeto a condiciones que puedan convenirse entre esta Parte y el receptor.

Artículo IV. 1. Corresponderá a las secciones brasileña y uruguaya de la Comisión de Coordinación creada por el Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio de esta fecha:

- a) determinar las áreas prioritarias para la realización de proyectos específicos de cooperación científica y técnica;
- b) analizar, proponer o aprobar programas o proyectos de cooperación científica y técnica; y
- c) evaluar los resultados de la ejecución de los proyectos específicos.

2. Sin perjuicio de lo previsto en el ítem 1 de este artículo, cada una de las Partes Contratantes podrá, en cualquier momento, presentar a la otra, a través de los canales diplomáticos usuales, solicitudes de cooperación científica o técnica.

Artículo V. Las Partes Contratantes podrán, siempre que lo juzgaran necesario y conveniente, solicitar la participación de organismos internacionales en la financiación, coordinación e implementación de los programas y proyectos realizados en el cuadro del presente Acuerdo.

Artículo VI. Se aplicarán a los funcionarios y expertos de cada una de las Partes Contratantes, designados para trabajar en el territorio de la otra, las normas vigentes en el país sobre los privilegios y exenciones de los funcionarios y expertos de las Naciones Unidas.

Artículo VII. Se aplicarán a los equipos y materiales eventualmente suministrados a cualquier título, por un Gobierno al otro, en el cuadro de los proyectos de cooperación científica y técnica, las normas que rigen la entrada en el país de equipos y materiales suministrados por las Naciones Unidas para sus proyectos y programas de cooperación científica y técnica.

Artículo VIII. Corresponderá a los respectivos órganos nacionales, encargados de la cooperación técnica y de acuerdo con la legislación interna vigente en los dos países, programar y coordinar la ejecución de los programas y proyectos previstos en este Acuerdo Básico y realizar la tramitación necesaria. En el caso del Brasil, tales atribuciones corresponden al Ministerio de Relaciones Exteriores y a la Secretaría de Planeamiento de la Presidencia de la República y, en el caso del Uruguay, a la Oficina de Planeamiento y Presupuesto y al Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Artículo IX. Cada una de las Partes Contratantes notificará a la otra acerca de las formalidades necesarias para la entrada en vigor del presente Acuerdo, el cual tendrá vigencia a partir de la fecha de la última de esas notificaciones.

Artículo X. 1. El presente Acuerdo tendrá una validez de tres años, prorrogable automáticamente por períodos iguales, salvo si una de las Partes comunicara a la otra, con anticipación mínima de seis meses, su decisión en contrario.

2. En caso de denuncia del Acuerdo, los programas y proyectos en ejecución no serán afectados, salvo cuando las Partes convinieren en sentido diferente.

HECHO en la ciudad de Rivera a los 12 días del mes de junio de 1975 en dos ejemplares, en portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:
ANTONIO F. AZEVEDO DA SILVEIRA

Por el Gobierno
de la República Oriental del Uruguay:
JUAN CARLOS BLANCO
